



Foto: Acervo Fiocruz. ²

Entrevista com a Professora Dra. Ana Carolina Vimieiro Gomes¹

Polyana Valente Vareto

Doutoranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
polyvalente2007@yahoo.com.br

Rute Guimarães Torres

Mestranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
rutetorres@gmail.com

Profa. Dra. Ana Carolina Vimieiro Gomes

Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Pós-doutora pela Faculdade de Educação da mesma Universidade. Tem doutorado em História pela UFMG, na linha de pesquisa Ciência e Cultura na História, com estágio de doutorado sanduíche no CERMES-EHESS, em Paris. Concluiu o mestrado em Ciências do Esporte e graduação em Educação Física, ambas na mesma instituição. É pesquisadora do Centro de Memória em Educação Física (CEMEF) da Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG. Atua nas áreas de História das Ciências, com ênfase em História das Ciências Biomédicas, da Saúde e História da Educação Física. ³

Revista Temporalidades: O dossiê desta edição apresenta o tema sobre a circulação do conhecimento na ciência moderna, no qual seus estudos de doutorado na área da Ciência e Cultura na História, que resultou na publicação de um livro, podem ser inseridos nas discussões. Assim sendo, nossas perguntas estarão diretamente relacionadas ao seu mais recente livro, *Uma Ciência Moderna e Imperial: a fisiologia brasileira no final do século XIX (1880-1889)*, lançado em 2013. ⁴

Nas primeiras páginas, a professora explica que o cerne do livro são as tensões entre as práticas locais e os anseios por uma validade universal de uma ciência que se desenvolvia no

¹ Entrevista concedida em 25 de setembro de 2014.

² Registro feito no lançamento do livro. Extraída da página da Fiocruz: <http://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/audiovisualImagem/dsc01212.jpg>

³ Informações profissionais retiradas do currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2559560831199977>. Acessado em 25 set. 2014, as 10h15min.

⁴ VIMIEIRO-GOMES, A. C. *Uma Ciência Moderna e Imperial: a fisiologia brasileira no final do século XIX (1880-1889)*. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2013. v. 1. 166p.

Brasil. A senhora poderia contar-nos um pouco sobre essa problemática e como surgiu o interesse por pesquisar tais tensões?

Profa. Dra. Ana Carolina Vimieiro Gomes: Esta problemática sobre as tensões entre teorias e práticas científicas locais e a validação universal dos saberes se fundamenta numa concepção de estudos históricos das ciências, pós anos 1960, que pensam a ciência, sobretudo, como uma atividade e crença coletiva e, assim, uma prática cultural. Isso implicou em interpretações da ciência que perspectivam não só o conteúdo e a estrutura lógica do conhecimento científico, mas os fazeres, as ações, as negociações e embates dos cientistas para validar um conhecimento. Desse modo, a ciência é vista como uma forma de conhecimento local, delineada e construída a partir de uma subcultura científica e não mais como modo de saber, homogêneo, auto-evidente e *a priori* universalmente aceito como o mais verdadeiro. A validade universal de um conhecimento é processual. Daí decorre o raciocínio, conforme sintetizado por Dominique Pestre⁵, de que é justamente porque circula que a ciência se torna universal e não porque universal é que ela circula. Diante dessas questões é que surgiu o interesse de se compreender os esforços de cientistas no Brasil tornarem os conhecimentos da fisiologia produzidos localmente, segundo uma sub-cultura científica brasileira, validados internacionalmente.

Revista Temporalidades: No terceiro capítulo são discutidas as tensões entre diferentes modalidades na afirmação de um novo conhecimento da “ciência moderna e imperial”. Poderia contar um pouco para nossos leitores quais eram essas modalidades que afirmavam que a ciência de laboratório realizada no Brasil era o modelo mais moderno?

Profa. Dra. Ana Carolina Vimieiro Gomes: A ciência de laboratório era tida como mais moderna porque era experimental. Isso tem relação com o ideário das ciências biomédicas no contexto europeu do século XIX, sobretudo de fundamento positivista, em que se procurou afirmar um status ideal de cientificidade e, assim, de objetividade para a medicina em conformidade com os modos de fazer das ciências naturais tais como a física, química e mecânica, que tinham o laboratório como *locus* e a experimentação como meio de produção de conhecimento. A fisiologia e a bacteriologia são campos de conhecimento que ao longo do XIX se configuraram em torno desse ideário. O meu estudo tenta mostrar os esforços por parte de cientistas brasileiros e das autoridades imperiais, principalmente na figura do imperador Pedro II,

⁵ PESTRE, D. Pour une histoire sociale et culturelle des sciences. Nouvelles définitions, nouveaux objets, nouvelles pratiques. *Annales HSS*, n. 3, p. 487-522, 1995.

para se firmar esse modelo de cientificidade no Brasil, como símbolo do desejado progresso e civilização.

Revista Temporalidades: A senhora apontou a ampla circulação, nacional e internacional, dos conhecimentos produzidos pelos cientistas como um fator que contribuiu para representar a fisiologia como um ideal de ciência que se almejava para o país. De que forma tais conhecimentos circularam, por meio de quais suportes, personalidades ou instituições?

Profa. Dra. Ana Carolina Vimieiro Gomes: A circulação se dá pelo trânsito multiespacial dos saberes, num movimento de vinda e ida dos saberes e práticas, então reapropriados localmente. No segundo capítulo do livro procurei mostrar três eixos centrais no processo de afirmação da fisiologia brasileira por meio da circulação de saberes: o Museu Nacional, como zona de contato entre os conhecimentos; o Imperador Pedro II e o cientista Louis Couty, como agentes de intermediação e atuantes nessa circulação. Isso porque a circulação de saberes não se dá de forma desencarnada e sem a condução por atores ou alijada de um espaço de referência, a partir do qual a circulação deve se dar. Tratar o Museu como zona de contato implicou pensá-lo como espaço de circulações que se cruzam, ou de encontros, nem sempre pacíficos, sempre datados, em que os conhecimentos são apropriados e transformados localmente, para na sequência, ao circularem novamente, serem validados. A atuação de Pedro II se deu pela sua relação com as comunidades científicas européias, sobretudo na França. O Imperador era membro do *Institute de France/Academie de Science de Paris* e se correspondia com vários cientistas franceses, como Pasteur e alguns fisiologistas como Alfred de Vulpian, por exemplo. Pedro II foi fundamental na instalação do laboratório do Museu: interveio na liberação de verbas do Ministério da Agricultura para equipar o laboratório e articulou, pessoalmente, a contratação do fisiologista francês Louis Couty. Sua influência como Imperador “ilustrado” auxiliou na publicação dos trabalhos brasileiros na França, sempre possível em função da mediação de cientistas franceses. Suas frequentes visitas ao laboratório garantiam a visibilidade das pesquisas lá realizadas no âmbito nacional. Já a ação de Louis Couty se deu no trânsito dos modelos e práticas da fisiologia francesa para o Brasil e do Brasil para a França. Foi ele o responsável por equipar o laboratório com os instrumentos vindos da Europa e seu capital científico permitiu que os trabalhos feitos no laboratório do Museu Nacional, por ele e seu grupo de trabalho, pudessem ser apresentados e publicados na *Academie de Science de Paris* e na *Société de Biologie*, além das publicações em vários periódicos específicos da área.

Revista Temporalidades: De que maneira o Museu Nacional conseguiu chamar a atenção de institutos e cientistas internacionais para o conhecimento que estava sendo produzido em suas dependências?

Profa. Dra. Ana Carolina Vimieiro Gomes: O Museu Nacional foi uma das mais importantes instituições científicas brasileiras do XIX, gerido pelo Ministério da Agricultura, conforme já muito discutido na bibliografia da História das ciências no Brasil (Lopes, 1997)⁶. No último quartel daquele século suas atividades foram ampliadas, cientistas estrangeiros foram contratados e se tornaram membros correspondentes do museu (Charles Darwin, por exemplo, figurava como um deles), foram criadas novas sessões, ministrados cursos e conferências, além de ter sido criada sua revista, os *Archivos do Museu Nacional*. A revista era enviada para vários países como meio de divulgação das pesquisas brasileiras. Como podemos ver nos relatórios e nos *Archivos*, no Museu Nacional eram debatidas as principais teorias dos vários ramos da História Natural em voga naquele contexto, como as várias perspectivas de evolucionismo, as formas de classificações das espécies, as origens do homem em termos monogenista e poligenista, etc. Ao mesmo tempo em que era uma instituição sintonizada com os modelos da história Natural em destaque naquele momento, era lá privilegiada uma ênfase nas pesquisas sobre recursos naturais e questões científicas de interesse para o país, também em termos econômicos, comerciais e políticos.

Revista Temporalidades: Ao falar das influências da abordagem pós-colonial nos *Science Studies*, a professora explicou que estas orientam formas de se estudar a ciência fora do eixo ocidental e trazer outras culturas para a ciência moderna. No caso específico brasileiro, poderia nos apontar, brevemente, como esse diálogo ou interação com outras culturas científicas tem sido analisado pelos historiadores das ciências?

Profa. Dra. Ana Carolina Vimieiro Gomes: Uma parte significativa da historiografia das ciências brasileira, sobretudo após anos 1990, tratou de se opor, dentre outras abordagens, à tese da difusionista da ciência, conforme proposto por George Basalla na revista *Science*⁷, em 1967, em que os países ocidentais, europeus, são tidos como a origem e o centro irradiador da ciência e que os países fora desse eixo seriam dependentes e receberiam de maneira passiva os conhecimentos produzidos na Europa, até que saíssem dessa fase colonial, pré-científica, atingindo a sua maturidade e independência científica e institucional. Tal raciocínio foi utilizado no famoso livro

⁶ LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997. 369p.

⁷ BASALLA, G. The spread of modern science (a 3-stage model describes the introduction of modern science into any European nation). *Science*, n. 156, p. 611-22, 1967.

da pesquisadora norte-americana Nancy Stepan, *Gênese e evolução da ciência brasileira*⁸, de 1976, no qual a autora buscou demonstrar as origens da pesquisa científica brasileira, a partir da análise dos Institutos Butantã e Instituto Manguinhos. O marco de uma ciência nacional bem-sucedida foi então estabelecido nas pesquisas de Oswaldo Cruz no início do século XX. Numa crítica a esse modelo interpretativo, foram produzidos vários estudos, fundamentados em ampla pesquisa empírica e novas reflexões, sobre as ciências no Brasil durante o século XIX, por exemplo. Isso ofereceu uma nova visão sobre a institucionalização e produção científica brasileira, demonstrando não a difusão, imitação e apropriação passiva dos conhecimentos e modelos institucionais estrangeiros, mas encontro entre culturas científicas e as interações, as reapropriações, as respostas e demandas locais a uma ciência que circula. Tomemos como exemplo a história da eugenia no Brasil dos anos 1920. Os estudos demonstram como os debates sobre identidade nacional, imigração, moral religiosa católica do período e a própria realidade étnica mestiça da população foram fundamentais na configuração dos discursos e práticas eugênicas no país. Fundamentados, sobretudo, no determinismo biológico do neo-lamarckismo, as práticas eram dirigidas para as intervenções no meio ambiente – daí a importância da higiene e educação – e, com elas, mesmo que racistas, mas de forma otimista, as apostas, os discursos, eram na possibilidade de regeneração e aprimoramento da população brasileira.

⁸ STEPAN, N. *Gênese e evolução da ciência brasileira* (Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica). Rio de Janeiro: Ed. Artenova, 1976, 188 p.